



Boletim do Sindicato dos Trabalhadores no Poder Judiciário Federal de SC - Filiado à FENAJUFE - nº 788 - 08.05.07

Reunião ampliada aprova Dia Nacional de Lutas

Os participantes da reunião ampliada da Fenajufe, realizada no último sábado (05/05), em Brasília, reforçaram a necessidade de intensificar a luta contra a retirada de qualquer direito dos trabalhadores e para derrotar o Projeto de Lei Complementar 01/07 (PLP 01/07, medida inserida no PAC e que congela os salários dos servidores até 2016), em tramitação no Congresso Nacional. Essas foram as reivindicações mais presentes nas falas dos participantes da reunião ampliada, que reuniu 75 delegados e 8 observadores, e que votou o plano de lutas dos servidores do Judiciário Federal e do Ministério Público da União, seguindo decisão do 6º Congrejufe. O Sintrajusc enviou cinco delegados à Ampliada.

Entre os itens aprovados pelos delegados da ampliada se destaca o calendário de mobilizações unificado com as demais categorias do funcionalismo público federal, incluindo a participação da categoria no Dia Nacional de Lutas, marcada para o dia 23 de maio, em todo o país. Nesse dia, os servidores do Judiciário e do MPU, em conjunto com outros setores da classe trabalhadora, mostrarão à sociedade, ao Executivo e ao Legislativo que estão mobilizados para combater qualquer medida que retire direito dos trabalhadores, contra o PLP 01/07, em defesa da manutenção do veto à Emenda 3 e contra a PEC 02/03, a que consagra o nepotismo. Todas as intervenções abordaram a importância dos atos do dia 23 e reafirmaram o posicionamento contrário ao PLP 01.

Em relação à Emenda 3, a reunião ampliada aprovou que, além de lutar pela manutenção do veto, os trabalhadores devem lutar também contra qualquer substitutivo que permita a regulamentação da contratação de trabalhadores como Pessoa Jurídica e que flexibilize ainda mais as relações trabalhistas. No Dia Nacional de Lutas, os servidores também vão pautar a campanha pela ratificação da Convenção 151 da OIT, que garante a negociação coletiva no serviço público.

O calendário aprovado na reunião ampliada da Fenajufe também indica a participação dos servidores do Judiciário Federal e do MPU nas atividades da Semana da Pátria em defesa da realização de um plebiscito nacional pela anulação da privatização da Vale do Rio Doce.

Ratificação da Convenção 87 da OIT

Além do calendário de mobilizações, que indica a participação no Dia Nacional de Lutas, os delegados da reunião ampliada da Fenajufe também aprovaram outros itens relacionados aos temas gerais dos servidores públicos federais. Foi incluído no plano de lutas da categoria a reivindicação histórica da CUT e de suas entidades filiadas em defesa da ratificação da Convenção 87 da OIT, que garante a liberdade de organização sindical dos trabalhadores. De acordo com a redação aprovada, os servidores do Judiciário Federal e do MPU deverão “exigir que o governo brasileiro reconheça a Convenção 87

da Organização Internacional do Trabalho, para que os servidores públicos do Brasil conquistem definitivamente o direito à plena liberdade de organização sindical, sem interferências do governo, garantindo, desta forma, a liberdade e autonomia sindicais”.

Os delegados também aprovaram no plano de lutas a participação da Fenajufe e de seus sindicatos filiados em várias frentes de lutas, em conjunto com as demais categorias do funcionalismo público federal. Após algumas intervenções, reforçando a importância da luta unificada, foi aprovado por unanimidade, “Impulsionar, de fato, uma ampla mobilização do funcionalismo, de forma unificada, ou seja, com uma plataforma comum de lutas, constando na pauta: a) respeito à data-base; b) recuperação das perdas salariais a partir de 1995 (Dieese); c) piso salarial do Dieese para todas as categorias; d) defesa da Previdência pública e revogação das reformas de FHC e Lula; e) revogação da reforma administrativa, que retirou 56 direitos, com garantia imediata da “licença para mandato classista” e de “licença para atividades sindicais”; f) paridade salarial entre ativos, aposentados e pensionistas; g) fim das terceirizações e da privatização; h) lutar contra os contratos temporários, com exceção daqueles previstos na Constituição Federal; i) concurso público e novas vagas, valorizando o serviço público”.

Fonte: Fenajufe

Ampliada exige apuração de denúncias de corrupção no Judiciário

As denúncias de corrupção envolvendo membros do Poder Judiciário, que têm sido pauta constante dos jornais de grande circulação no país, também foram debatidas pelos participantes da reunião Ampliada da Fenajufe, realizada no

sábado, 5 de maio. No encontro, os delegados aprovaram texto apontando a necessidade da apuração dos fatos e a punição dos envolvidos no suposto esquema de venda de sentenças no Judiciário.

Confira o texto aprovado pelos delegados da Reunião Ampliada

“A corrupção no Judiciário

Operações da Polícia Federal e os conseqüentes relatos de denúncias e investigações publicados na mídia apontam para a existência de um esquema de venda de sentenças envolvendo magistrados no Judiciário Federal. Sem prejulgamentos, defendemos a apuração rigorosa dos fatos, o julgamento e a punição dos que forem responsáveis por mais este escândalo envolvendo uma alta esfera de poder neste País. No entanto, não podemos nos furtar a alertar que, mais

do que desvios individuais deste ou daquele juiz, o que ocorre não pode ser analisado desassociado do modelo de funcionamento do Judiciário. É preciso, sim, apurar a fundo todas as denúncias e indícios já levantados. E punir os culpados.

Mas é imprescindível discutir as relações de trabalho no Judiciário brasileiro, e o papel que este cumpre na sociedade, que tem que estar a serviço da Justiça e da equidade social, jamais dos interesses de minorias que detém o poder econômico do País”.

Rapidinhas!!!

**Por robakbarros@yahoo.com*

Belisca-me, que eu não estou acreditando! Enquanto a gente (nós servidores) vive penando atrás de reajustes de benefícios (auxílio-alimentação, maior investimento em saúde, etc.), na contramão, a Administração do TRT deixou de usar (**não executado, foi anulado**), do orçamento de 2006, R\$ 517 mil, sendo que R\$ 202 mil seriam para a assistência médica. É, simplesmente, revoltante!!

Eu lembro que no ano passado, com a presença do assessor econômico do Sindicato, numa reunião com a Administração do TRT, para discutir “sobras do orçamento de 2005”, nós alertamos que a execução do orçamento de 2006 estava muito lenta e que os baixos valores liquidados até a metade do ano indicavam que o Tribunal não conseguiria liquidar os valores que tinha disponível. Quem avisa amigo é! Quando a gente fala não é no chutômetro, por isso é bom ouvir.

PAC, PAC, PAC, PAC... Vem aí mais um congelamento salarial (até 2016). Quem viver verá, ou seja, quem não lutar verá!

** O endereço eletrônico está à disposição para quem se sentir ofendido (no caso, quando servir o chapéu) bem como para mandarem sugestões para esta seção. ****

Expediente: *Boletim do SINTRAJUSC* é uma publicação do Sindicato dos Trabalhadores no Poder Judiciário Federal no Estado de Santa Catarina - Filiado à FENAJUFE. Rua dos Ilhéus, 118 - sobreloja, sala 3 - Edifício Jorge Daux - CEP 88010-460 - Centro - Florianópolis/SC - Fone/fax: (048) 3222.4668 imprensa@sintrajusc.org.br
www.sintrajusc.org.br Jornalista responsável: Amilcar Oliveira SC-00462-JP

Sindicato participa de encontro dos OJs

O Sintrajusc participou do encontro de Oficiais de Justiça promovido pela seção judiciária da Justiça Federal de Santa Catarina nos dias 25 e 26 de abril. Durante o encontro, o Sintrajusc, representado pelo coordenador-geral, Paulo Roberto Koinski, e pelo servidor Wilson Medeiros, do Núcleo de Oficiais do Sindicato, apresentou aos participantes documentos que mostram as dificuldades vividas pelos OJs em Santa Catarina, entre elas, a sobrecarga de trabalho, causada em grande parte pela execução de tarefas que não são da competência dos OJs. O Sintrajusc encaminhará documento à Corregedoria-Geral do TRF da 4ª Região relatando essas dificuldades e pedindo providências.

Itá será sede do V Congresso

O V Congresso do Sintrajusc será em Itá, na região Oeste. O local em que acontecerão as atividades do Congresso foi definido na semana passada. O próximo passo, conforme o Estatuto do sindicato, será o lançamento do edital e abertura do prazo para a inscrição das teses. O V Congresso acontecerá entre os dias 23 e 25 de agosto.